

Bancos não têm interesse em financiar as indústrias

Marco Antonio Antunes

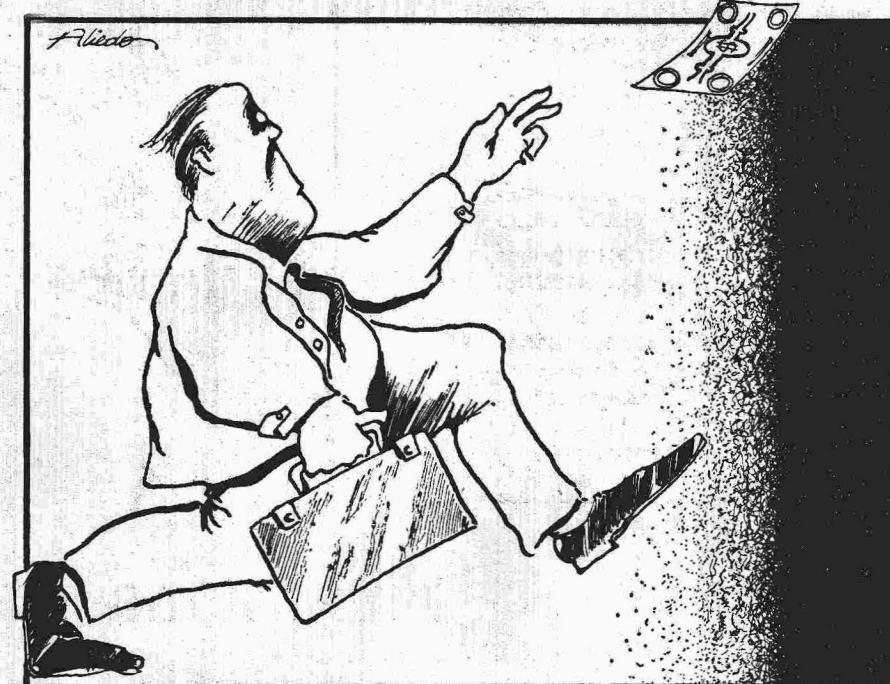
São Paulo — Enquanto o governo insiste, valendo-se por enquanto de palavras de estímulo — em despertar as empresas para a necessidade de investir mais, o sistema bancário privado mantém-se à margem desse esforço alegando a falta de condições efetivas para colaborar com recursos de longo prazo destinados a financiar programas de expansão, modernização ou mesmo simples substituição de equipamentos. Espremidos entre a vontade de emprestar e uma política de estímulos à alta dos juros, os bancos têm-se limitado a financiar capital de giro e descontar duplicatas, desempenhando seu papel pela metade.

A própria política do Banco Central não estimula os investimentos cujos prazos de retorno são longos, observa José Carlos Moraes Abreu, presidente executivo do Banco Itaú, o segundo maior conglomerado financeiro privado do país. Além disso, a conjuntura econômica alerta para o que o endividamento das empresas não cresça em demasia, recomendando somente projetos capazes de irem adiante com recursos próprios. Assim agem os grandes grupos industriais, como Votorantim, Gerdau e Brasmotor (Brastemp), em seus recentes programas de expansão.

As indefinições das autoridades econômicas em relação à necessidade de mudanças no Plano Cruzado e as expectativas provocadas pelas eleições somam-se o problema básico do afastamento das empresas dos bancos: eles só conseguem captar recursos com prazos de resgate extremamente curtos, tanto que a preferência hoje concentra-se nos CDBs de 60 dias.

Sem se alarmar com o problema, por considerá-lo mera questão conjuntural, o banqueiro Pedro Conde, diretor superintendente do BCN — 16º maior banco privado do país — pede calma e diz que “tudo deve se arranjar” depois das eleições. “Contudo, é preciso uma solução urgente para o problema do déficit público, hoje um grande complicador para o funcionamento da economia, por se tratar de um fator de estímulo à inflação e, consequentemente, à alta dos juros”, ressalva.

Obviamente, não cabe aos bancos comerciais financiar investimentos com empréstimos de longo prazo, já que seus recursos provêm de depósitos à vista e de depósitos a curto prazo, como assinala Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, presidente do conselho de administração do Banco Mercantil de São Paulo — colocado no 10º posto do ranking nacional. Segundo os banqueiros e os próprios industriais, as instituições privadas de crédito apenas complementam os recursos destinados a tal fim, normalmente originários das reinver-



sões de lucro, dos bancos de desenvolvimento (sobretudo o BNDES) e de fontes externas.

“No que se refere a capital de giro” esclarece Vidigal, “taxas dos empréstimos são decorrentes das de captação, pois na maioria dos bancos comerciais é grande o peso dos depósitos a prazo sobre seus depósitos totais”. Assim, percebe-se que as taxas de captação encontram-se altas “por desígnio governamental, não só para financiar o déficit público, como conter o consumo e os estoques especulativos.”

Reinversão

Ao reafirmar que não cabe aos bancos qualquer culpa pela alta dos juros, Vidigal defende a adoção de medidas que garantam às empresas a reinversão maciça dos lucros. Uma providência justa e necessária neste momento de incertezas e recursos reduzidos em outras fontes seria, na sua opinião, a não taxação dos lucros reinvestidos, tal como se faz na Suécia, “país que não pode ser taxado de benevolente aos capitais”.

Uma outra parte seria financiada pela captação de recursos através de ações negociadas em bolsa — daí a importância de um mercado de capitais forte e saudável. Apenas uma parte menor pode ter origem nos financiamentos, sob pena de tornar a empresa vulnerável às variações da conjuntura econômica, ensina Gastão Vidigal, que certamente não advoga em causa própria, pois crescimento real das operações de crédito do Mercantil de São Paulo foi de 67,4% nos últimos 12 meses. A

maior parte das solicitações de crédito a empresas é para capital de giro.

Paradoxo

Se os recursos de origem externa continuam escassos, Elmo de Araújo Camões, presidente do conselho do Banco Sogeral (31º da lista das instituições privadas) e da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, oferece uma solução para, no mínimo, assegurar mais ânimo ao mercado. Ele propõe o uso dos recursos externos, que entraram no país via resolução 63, retidos pelo Banco Central, para garantir o reinício dos financiamentos de projetos de longo prazo.

Camões calcula que o total desse dinheiro ronda os 850 milhões de dólares, mas sabe que o BC dificilmente abrirá mão dele, para não ter que expandir a base monetária. “Na verdade, estamos diante de um paradoxo”, afirma. “O Governo deseja ver o pessoal investindo, de modo a equilibrar a oferta com a demanda, mas não garante a melhoria das condições para que isso ocorra. Não permite, inclusive, que as empresas tenham mais lucro, por não abrir mão do descongelamento, ou dos ajustes dos preços engessados de forma injusta.”

O próprio Sogeral tem 30 milhões de dólares retidos no Banco Central, obtidos (via 63) com seu grande sócio francês, o Société Générale. Por isso, também se limita a financiar capital de giro e descontar duplicatas, com taxas que nem sempre agradam aos clientes. Nem seria possível contestar a todos, admite ele, porque o banco tem captado recursos

através de CDBs, pagando no mínimo 49% ao ano. Assim, seja qual for o banco, as empresas tomadoras estão sujeitas a taxas que variam de 55% a 75%, conforme um levantamento realizado pelo JORNAL DO BRASIL na semana passada, em São Paulo.

Conter o consumo

Mais preocupados ainda estão os bancos de investimentos, avverte um especialista na área, Manoel Francisco Pereira, professor de economia na FGV-SP e vice-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo. O segmento, mais que isso, está virtualmente alijado ao mercado de empresários por não dispor de depósitos à vista e ser obrigado a captar CDBs, a taxas menores.

Segundo Pereira, é evidente que o próprio governo, através do Banco Central, estimula a alta das taxas de juros, mas não há dúvida de que hoje se pratica no Brasil uma política monetária séria, cuja meta é conter o consumo e evitar a formação de estoques especulativos. No entanto, ao finalmente adotar os necessários e esperados ajustes no cruzado, as autoridades deveriam garantir maior flexibilidade ao BC, de modo a encontrar meios de reduzir os juros.

Tal proeza, sugere, poderia ser iniciada com a adoção de uma série de medidas fiscais, incluindo novas taxações compulsórias e tarifas progressivas para determinados serviços públicos, como energia elétrica, água e telefone. De acordo com sua proposta, quem consumisse mais pagaria um preço maior, como se fosse um imposto embutido.

Todos no BNDES

Se os bancos comerciais não têm como cumprir sua parte no processo de financiamento das empresas a longo prazo e os empréstimos externos estão congelados, a única saída está, por enquanto, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De janeiro a setembro deste ano, o banco aprovou financiamentos no valor global de Cz\$ 30 bilhões 191 milhões, contra apenas Cz\$ 9 bilhões 462 milhões em idêntico período do ano passado. Ao mesmo tempo, recebeu consultas no valor de Cz\$ 54 bilhões 775 milhões, o que representa um crescimento de 66% em relação ao total anterior, de Cz\$ 12 bilhões 657 milhões. Já as prioridades concebidas passaram de Cz\$ 7 bilhões 586 milhões para Cz\$ 33 bilhões 600 milhões.

Diante de tamanha procura, técnicos do BNDES dizem que o banco terá de obter reforço de recursos junto às suas tradicionais fontes e conseguir outras — localizadas, se for possível, também no exterior.